



## Escracho na base



O retrato da barbárie política que vive o país: o deputado bolsonarista tira maços de dinheiro de dentro de uma caixa

Aliado do Planalto e um dos homens fortes do PL, o novo partido do presidente da República, o deputado Josimar de Maranhãozinho é flagrado com generosos maços de dinheiro vivo. Segundo a Polícia Federal, a dinheirama é produto de um megasquema de desvio de verbas de emendas parlamentares liberadas pelo governo

Paulo Cappelli  
Rodrigo Rangel

Na última quarta-feira, 30, na cerimônia de filiação do presidente Jair Bolsonaro ao PL, o chefe do partido, Valdemar Costa Neto, circulou pelo local da festa escoltado por um de seus mais fiéis escudeiros, o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (assista aqui). O

sorridente Maranhãozinho, que postou a cena em seu Instagram com uma música épica ao fundo, seria alvo no dia seguinte, pela segunda vez em menos de um ano, de uma operação da Polícia Federal destinada a coletar provas de sua participação em um azeitado esquema de desvio de milhões de reais em verbas federais destinadas a obras e à área de saúde. Aliado de primeira hora do Palácio do Planalto, o deputado comanda o diretório maranhense do novo partido de Bolsonaro. Ele se gaba de ser próximo do presidente da República, com quem esteve pessoalmente algumas vezes desde que assumiu uma vaga na Câmara, no início de 2019.

Ex-prefeito de Maranhãozinho, o município minúsculo de menos de 20

mil habitantes enclavado no norte do Maranhão que lhe empresta o nome, Josimar tornou-se um fenômeno da política no estado. Após dois mandatos de deputado estadual, foi eleito pela primeira vez para uma cadeira no Congresso Nacional com votação recorde e conseguiu costurar uma rede de apoio político comparável àquela que, em outros tempos, serviu a outro coronel maranhense, José Sarney. Hoje, Josimar de Maranhãozinho controla pelo menos seis dezenas de prefeituras, tem a mulher como deputada na Assembleia Legislativa e exerce forte influência sobre a bancada federal do estado. Já se lançou candidato ao governo do Maranhão nas eleições do ano que vem – um posto que ele sonha conquistar com a presença do agora correligionário Jair Bolsonaro em seu palanque.

Como Crusoé mostrou em reportagem recente, Maranhãozinho é o personagem principal de pelo menos duas investigações que correm no Supremo para apurar um esquema de compra e venda de emendas parlamentares em funcionamento no Congresso. Além dele, outros dois deputados federais e um senador da República são investigados. O deputado do PL é suspeito de pagar uma espécie de “pedágio” para que colegas parlamentares se juntem a ele destinando emendas a municípios





controlados por seus aliados políticos que, logo após receberem as verbas, contratam empresas ligadas ao esquema que devolvem o dinheiro, lavado e em espécie. Corrupção pesada. E escrachada.

As investigações começaram ainda no primeiro semestre do ano passado e, desde então, correm sob absoluto sigilo. Crusoé teve acesso, com exclusividade, à parte mais sensível da apuração, mantida a sete chaves até agora pelos investigadores: imagens nas quais o deputado aliado do presidente da República aparece manuseando generosos maços de dinheiro que, segundo a Polícia Federal, são produto direto do esquema de corrupção envolvendo as emendas parlamentares. O flagrante foi feito em outubro do ano passado, no interior do escritório político do deputado, em um prédio comercial de São Luís, a capital do Maranhão. É difícil compreender as razões pelas quais, com imagens tão acachapantes, nenhuma medida mais enérgica, para além das ações de busca e apreensão, tenha sido adotada até o momento – a despeito das provas robustas, o deputado não apenas segue no mandato como tem circulado livremente pelas altas rodas do poder em Brasília.

Os bastidores da apuração remetem a um thriller policial. Quando já haviam reunido uma série de indícios de que os recursos das emendas estavam sendo escancaradamente desviados, os investigadores conseguiram que o ministro Ricardo Lewandowski, um dos relatores do caso no Supremo, autorizasse uma “ação controlada”



*O flagrante foi feito por uma câmera instalada pela PF dentro do escritório político do deputado, em São Luís, com autorização do STF*

para acompanhar o caminho do dinheiro. Primeiro, eles monitoraram os passos de um grupo de pessoas ligadas ao deputado que, conforme indicavam relatórios de inteligência financeira produzidos pelo Coaf, eram as responsáveis por sacar, em espécie, generosas quantias das contas das empresas participantes do esquema. Qual não foi a surpresa quando descobriram que, quase sempre, depois de efetuar os saques de maneira fracionada em uma agência do Banco do Brasil de São Luís, os portadores do dinheiro seguiam diretamente para o escritório político de Josimar de Maranhãozinho, carregando os maços de reais em bolsas e mochilas.

Não há, até hoje, nenhuma prova mais contundente da corrupção envolvendo a farra de emendas por meio da qual o governo de Jair Bolsonaro tem comprado apoio político no Congresso – uma parte significativa dessa farra funciona com os

bilionários recursos do chamado “orçamento paralelo”, em que verbas são distribuídas sem critério algum, e sem a devida transparência, para os parlamentares que o Palácio do Planalto quer agradecer.

O passo seguinte do thriller é ainda mais interessante. Também autorizados pelo Supremo, os policiais instalaram uma câmera e equipamentos de escuta dentro do escritório de Josimar de Maranhãozinho. A partir de então eles descobriram que o lugar, usado pelo deputado para reuniões políticas e outros despachos na capital maranhense, era também um bunker usado para guardar o dinheiro desviado: gravaram o entra-e-sai dos operadores do parlamentar que iam deixar as bolsas recheadas de reais, funcionários contando os carregamentos que chegavam e, ainda, o próprio deputado com as mãos cheias de dinheiro.





Na primeira etapa da apuração, os policiais mapearam o caminho de emendas da ordem de 15 milhões de reais que o próprio Josimar de Maranhãozinho destinou no ano passado para a área de saúde, em benefício de prefeituras sobre as quais tem influência política. Em uma evidência de que ele era bem tratado pelo governo federal em Brasília, nenhum centavo ficou para trás: todo o valor das emendas foi liberado em abril. A hipótese inicial foi se confirmando à medida que a apuração avançava. Em vários dos municípios, assim que o dinheiro federal chegava aos seus cofres, as prefeituras contratavam, sem licitação, um pool de empresas vinculadas diretamente ao deputado – algumas delas, de fachada. É um esquema tão ousado, e tão ilustrativo da coragem do parlamentar para delinquir, que algumas das firmas contavam com ele próprio em seu quadro de sócios até recentemente. Outra empresa, para se ter uma ideia, está em nome de duas empregadas domésticas de Maranhãozinho.

As empresas eram contratadas pelas prefeituras para fornecer medicamentos e produtos hospitalares. Em plena pandemia, parte dos contratos foi firmada para, ao menos no papel, auxiliar nas medidas de combate ao coronavírus, o que torna a trama ainda mais escandalosa – sim, a roubalheira corria solta enquanto milhares de pessoas morriam de Covid-19. A outra ponta do esquema vinha logo na sequência. Logo após as prefeituras fazerem os pagamentos ao pool de empresas, ocorriam os saques de vultosas quantias na boca



do caixa, feitos por pessoas ligadas diretamente ao deputado, que, em seguida, deixavam o dinheiro no escritório político dele. Tudo documentado em fotos e vídeos, passo a passo, desde as visitas à agência bancária para apanhar o dinheiro até, finalmente, as entregas no bunker de Maranhãozinho. De acordo com a Polícia Federal, apenas duas das empresas ligadas ao deputado que receberam dinheiro proveniente das emendas enviadas por ele, a Medhosp e a Atos Engenharia, fizeram saques que somam nada menos que 5,5 milhões de reais – mais de um terço do valor total das emendas.

De origem humilde, filho de agricultores, Maranhãozinho começou a trabalhar ainda jovem, como leiteiro. A entrada na política representou uma guinada em sua vida. Em 2008, quando se candidatou à reeleição para prefeito, ele informou à Justiça Eleitoral que possuía um patrimônio de 463 mil reais. Dez anos depois, em 2018, na eleição em que conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados, declarou uma fortuna de 14,5 milhões de reais. Um salto de mais de 3.000%. A lista atual de bens inclui até um avião. Ao contar a própria história, Maranhãozinho não esconde o passado de pobreza, mas também não diz que enriqueceu na política –





limita-se a contar que a guinada se deu depois que ele virou um “empreendedor”.

O sucesso do hoje deputado federal arrastou outras pessoas de seu círculo pessoal para a política. A mulher dele, Maria Deusdete Cunha, conhecida pelo apelido de Detinha, elegeu-se deputada estadual. Sua irmã, Josenilda Cunha, tornou-se prefeita de Zé Doca, um dos vários municípios para os quais o parlamentar envia as verbas que, em seguida, são desviadas. Pelas mãos de Josimar, até o ex-motorista dele virou candidato, com sucesso: José Auricélio de Moraes hoje ocupa a cadeira de prefeito de Maranhãozinho, a pequena cidade onde o deputado iniciou sua trajetória política. E assim o ex-leiteiro foi construindo a rede de municípios que servem ao esquema – quando não tem parentes e amigos no comando, Josimar de Maranhãozinho conta com outros aliados que lhe devem o mandato porque tiveram a eleição financiada por ele. Em 2018, o deputado chegou a emplacar uma sobrinha como candidata a vice-prefeita de São Luís. A chapa, porém, acabou derrotada no segundo turno.

O mecanismo é tão grotesco que, em muitos casos, é o próprio Josimar de Maranhãozinho quem dá as cartas no dia a dia das prefeituras. Para além de instalarem câmara e microfones no escritório político do deputado, os policiais também tiveram aval do Supremo para fazer uma “busca exploratória” na sala, à procura de outras provas do esquema — entraram no lugar sem que fossem descobertos. Deu certo.

Encontraram, por exemplo, planilhas com o registro das entradas e saídas de dinheiro e, pasme, até extratos bancários completos das contas de algumas das prefeituras. Sim, para poder cobrar a “devolução” da parte que lhe cabia das emendas, o deputado acompanhava pessoalmente o fluxo de caixa dos municípios e sabia exatamente quando as verbas federais entravam na conta dos municípios. Uma das prefeituras cujo extrato da conta foi



*Josimar de Maranhãozinho com Bolsonaro: o deputado, que comanda o PL no Maranhão, se prepara para disputar o governo do estado com apoio do presidente*



*A sequência de uma das muitas visitas ao banco para sacar o dinheiro das emendas: dentro da mochila, deixada no escritório de Maranhãozinho, estão os maços de reais*

encontrado durante a incursão no escritório é justamente a de Maranhãozinho, administrada pelo ex-motorista do deputado.

No monitoramento que os policiais federais fizeram das reuniões realizadas por Josimar de Maranhãozinho no escritório, surgiram fortes evidências de que ele usava o dinheiro do esquema para bancar campanhas de aliados em diversas regiões do Maranhão, desde





a capital até o interior profundo. As gravações foram feitas em outubro do ano passado, semanas antes das eleições municipais, adiadas por causa da pandemia. O deputado trata de estratégias de campanha e, especialmente, da distribuição de dinheiro para tentar garantir a vitória de seus parceiros. Em uma reunião com a equipe de Duarte Júnior, o candidato a prefeito da capital que tinha sua sobrinha como vice, o parlamentar responde o seguinte ao ser indagado sobre o pagamento de despesas com o marketing da campanha: “Agora eu tenho duzentos. Aí eu posso viabilizar para ver se consigo sacar (...) Não dá para usar nota aí, então. Tem que pagar por fora mesmo”.

Os participantes da reunião tratam, logo depois, do local onde deveria ser feita a entrega do restante do dinheiro. A certa altura, Maranhãozinho diz que poderia disponibilizar carro e motorista para levar os recursos. “Terça-feira disponibilizo o mesmo motorista e o mesmo carro”, afirma. Em outra reunião, desta vez com um homem não identificado, o deputado entrega uma caixa e promete: “Tem duzentos e cinquenta aí, as menina (sic) vão juntar um dinheiro aí e vou dizer pra elas que na hora que tiver pronto, até sexta-feira, a gente consegue juntar os outros 150 pra ti vim (sic) buscar”. As meninas a que ele se refere são as secretárias do escritório, que administravam as entradas e saídas de recursos. A sala comercial não era o único lugar onde o deputado guardava dinheiro. Em outra conversa registrada pelos policiais, o próprio Maranhãozinho diz ter deixado 1 milhão de reais com um



*De braços dados: Maranhãozinho esculta Valdemar na festa de filiação de Bolsonaro, quarta-feira, em Brasília*

aliado: “Liga pro Hélio aí pra trazer aquele recurso que nós mandamos pra casa dele. Tem um conto lá”.

Os registros mostram uma romaria de gente ligada à eleição indo ao escritório para buscar dinheiro para bancar campanhas no estado. Maranhãozinho fazia questão de acompanhar as chances de cada um – a “busca exploratória” feita pelos agentes localizou relatórios de pesquisas de opinião por meio das quais ele monitorava as chances de cada um dos aliados. A cena em que o deputado aparece com os rechonchudos maços de dinheiro nas mãos foi captada pelos policiais no

início da noite de 27 de outubro de 2020.

Àquela altura, ele recebia no escritório a visita de um homem identificado apenas como “Serginho”. No vídeo, o visitante pergunta a Maranhãozinho: “Como é que tá conseguindo sacar dinheiro, Josimar?”. “Saqui no ano passado, Serginho. Dinheiro espalhado em tudo que é canto”, responde o deputado. Naquela mesma noite, o parlamentar diz a um interlocutor que já havia “comprometido” 20 milhões de reais durante aquela campanha eleitoral. Ele ainda aparece distribuindo dinheiro em 13





## O fundão de Valdemar



O dono da sigla de Jair Bolsonaro aluga um imóvel próprio ao PL e recebeu verbas rescisórias polpudas do partido

Todo-poderoso do PL, o notório Valdemar Costa Neto lucra pessoalmente com a parte do fundo partidário que cabe à legenda: em apenas três anos, arrumou um jeito de arrecadar para ele próprio ao menos R\$ 1 milhão. Parte disso, acredite, foi assinando a própria demissão

Helena Mader

Em discurso durante a cerimônia de filiação ao PL na terça-feira, 30, Jair Bolsonaro disse que o “casamento” com o partido vai gerar “70 filhos”. É justamente essa prole, ou melhor, a possibilidade de formar essa imensa bancada de deputados federais, que ajuda a explicar o interesse da legenda em abrigar o presidente. Com Bolsonaro como “cabo eleitoral”, o PL aposta que mais parlamentares serão eleitos em 2022. E, quanto maior a bancada,

mais robusto é o dinheiro dos fundos partidário e eleitoral, recursos bilionários que o ínclito Valdemar Costa Neto sabe operar muito, mas muito bem.

Integrante do PL há mais de 30 anos e comandante da sigla há duas décadas, Valdemar desfruta das benesses proporcionadas por esses fundos, que pelos seus cálculos podem ser elevados em até 60% no próximo ano – em 2020, a agremiação recebeu 181,4 milhões de reais. A variada fonte de receitas repassadas pelo PL lhe rendeu pessoalmente pelo menos 1 milhão de reais em três anos. Para alcançar esse valor, Valdemar se especializou em ganhar dinheiro no varejo. Por exemplo, no ano passado, o cacique da sigla recebeu uma generosa rescisão numa, digamos, astuta troca de regime de contrato. Até 2020, Valdemar era contratado com carteira assinada com salário de 33

mil reais e foi demitido para receber as indenizações trabalhistas, que somaram 120 mil reais. No dia seguinte, foi recontratado como prestador de serviço, com o mesmo salário.

Ao se debruçar sobre milhares de notas fiscais incluídas em prestações de contas do PL ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de verificar como o dinheiro público destinado à nova sigla de Bolsonaro é gasto, Crusoé descobriu ainda que Valdemar aluga um imóvel próprio à legenda, o que lhe garante mais uma fonte segura e permanente de receita. Trata-se da sede do PL em Mogi das Cruzes, na região metropolitana de São Paulo, terra natal do ex-mensaleiro. A casa térrea, que funciona no número 907 da Rua Coronel Souza Franco, foi comprada pelo ex-deputado em 1988. À época, “Boy”, como Valdemar era chamado na cidade, não era parlamentar, mas já ocupava cargos públicos. Os repasses ao presidente da própria sigla a título de aluguel começam a aparecer na prestação de contas do PL a partir de 2017 – quando as informações dos partidos passaram a ser incluídas no sistema do Tribunal Superior Eleitoral. Os valores somam 20 mil reais anuais. Parece pouco, mas é de repasse em repasse, ou seja, é na soma desse dinheiro picado, que o dono do PL acaba embolsando uma quantia milionária proveniente de recurso público. Em agosto, Valdemar passou



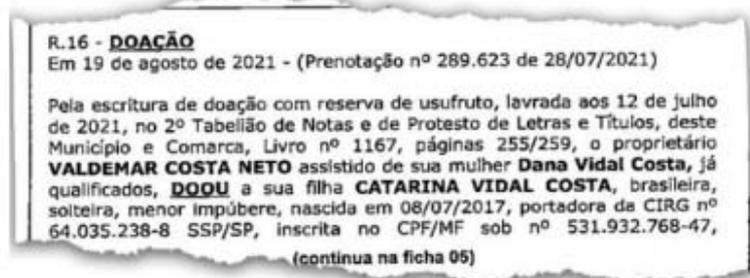


a casa para o nome da filha caçula, Catarina Vidal Costa, de sete anos. A menina é fruto da relação do ex-deputado com a servidora Dana Vidal Costa, com quem se casou pouco depois de deixar a prisão.

Na prestação de contas do partido, outra transação imobiliária do PL chama a atenção, só que desta vez com valores bem mais generosos: a compra de uma cobertura por 8,2 milhões de reais. O imóvel, localizado no Centro Empresarial Brasil 21, o mesmo que abrigou a cerimônia de posse de Jair Bolsonaro em Brasília, foi adquirido pela Fundação Álvaro Valle, do PL, em 2013. A entidade negociou a compra com a RPA Construções e Participações, do empresário Antônio Matias de Sousa, preso em 2015 pela acusação de integrar um cartel de combustíveis na capital federal. A RPA havia comprado a cobertura um ano antes por 7 milhões de reais. Pouco depois de adquirir o imóvel, a fundação ligada ao PL passou a alugar a sala duplex ao próprio partido, pelo valor de 50 mil reais, o equivalente a 600 mil reais anuais. A reportagem conversou com corretores da região e identificou outra cobertura no mesmo andar da sala, ofertada por 60% do valor pago pelo PL. Aos partidos interessa transitar recursos pelas fundações partidárias porque a fiscalização é muito menos efetiva. Em vez da análise pelo TSE, as prestações de contas são submetidas às promotorias de fundações do Ministério Público estadual. “O controle sobre as fundações é muito menor, o MP não tem expertise ou estrutura para analisar essas contas como a Justiça Eleitoral”, afirma



Bolsonaro afirmou que, ao lado de Valdemar e do Centrão, se sente “em casa”



A sede do PL funciona em uma casa da filha de Valdemar, que recebe aluguel

Marcelo Issa, presidente da organização Transparência Partidária.

O novo partido de Jair Bolsonaro é reincidente em irregularidades. Na última prestação de contas da sigla já julgada pelo TSE, a Justiça Eleitoral identificou gastos irregulares de 2,5 milhões de reais. Entre os problemas identificados estão casos de falsidade ideológica em despesas com reconhecimento de firma e autenticações e repasses proibidos a advogados. Mesmo tendo um assessor jurídico contratado com salário de 33 mil reais, o partido gastou 473,4 mil reais para pagar a defesa de integrantes da sigla em três processos, entre eles uma ação por

fraude a licitações. “Não há dúvidas de que recursos públicos não se prestam ao patrocínio de causas que constituem flagrante lesão ao patrimônio da administração pública, completamente dissociadas dos interesses partidários”, diz um trecho do acórdão da decisão que rejeitou as contas.

O PL foi criado em 1985 a partir de uma frente de dissidentes da ditadura que decidiram apoiar Tancredo Neves. Seu principal fundador foi Álvaro Valle, o mesmo que hoje dá nome à fundação do partido. Em 2006, após um fiasco eleitoral que levou à fusão com o Prona, o Partido Liberal mudou de nome e passou a ser chamado de





Partido da República. Em 2019, com a pauta liberal de volta à agenda política, a sigla recuperou o nome original, em um banho de marketing que também tinha como objetivo esconder o passado recente de escândalos. O partido é um genuíno representante do Centrão e apoiou todos os governos desde a sua fundação. O PL só lançou candidato próprio à Presidência em 1989, com Guilherme Afif Domingos. Em 2002, indicou o empresário José Alencar como vice de Lula. A partir daí, a sigla ganhou ainda mais espaço nas negociações com o governo. As tratativas nada republicanas entre parlamentares da legenda e o Planalto foram reveladas durante as investigações do mensalão do PT. Em razão do escândalo, Valdemar Costa Neto foi condenado a sete anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. E renunciou ao mandato. É, portanto, um “ex-presidiário”, expressão usada pelo senador Flávio Bolsonaro na última terça-feira para se referir ao ex-presidente Lula. Dormir por quase um ano na cadeia representou um revés político para o então deputado, mas o cacique do PL manteve o essencial: o comando do partido e a chave do milionário cofre da legenda.



A cobertura onde funciona a sede do partido em Brasília custou R\$ 8,6 milhões



Para escolher o novo partido, Jair Bolsonaro colocou como condição ter o controle de diretórios estratégicos e autoridade para barrar e indicar candidaturas. Os requisitos travaram as negociações com quase uma dezena de siglas, cujos dirigentes também queriam atrair o presidente da República, sem, contudo, abrir mão do poder de comando. Valdemar Costa Neto temia os ônus de receber um aliado com histórico conturbado de brigas e traições, mas

a cobiça sobre o potencial crescimento do fundo partidário e do fundo eleitoral falou mais alto. Ao cancelar a filiação de Bolsonaro, na última terça, Valdemar exaltou realizações do governo. “Esse é o Brasil que vamos abraçar juntos para prosperar”, disse. Diante da perspectiva de inflar os recursos públicos à sua disposição, o cacique do partido poderá, realmente, prosperar.

## Os obstáculos de Doria



O tucano sonha com a Presidência, mas enfrenta entraves, como a candidatura de Sergio Moro e o fogo amigo no PSDB

Depois de vencer as conturbadas prévias tucanas, o governador de São Paulo terá de reduzir a rejeição a seu nome e unir o próprio partido se quiser ser um candidato competitivo ao Planalto em 2022

Fabio Leite  
Jeniffer Gularte

A ascensão meteórica de João Doria na política tornou o tucano refém de uma estratégia midiática que acabou virando uma armadilha para ele próprio. Dois dias após vencer a conturbada disputa interna que o definiu como candidato à Presidência da República pelo PSDB, o governador de São Paulo foi questionado sobre algo que o persegue não é de agora: como reduzir a rejeição para ser

competitivo em 2022? Diante das câmeras e do microfone, ele não titubeou – “Fazendo campanha”, respondeu aos jornalistas em entrevista na última segunda-feira, 29, na sede do PSDB paulista. “Amo fazer campanha”, enfatizou, antes de destacar que venceu a eleição ao governo em 2018, mesmo com uma imagem desgastada por ter abandonado a prefeitura da capital com 15 meses de mandato.

Doria acredita piamente que mais exposição irá ajudá-lo a conter a repulsa a seu nome e projetá-lo para além dos 2% que pontua nas pesquisas. O problema é que a raiz da sua rejeição está diretamente associada ao excesso de aparições e à forma como o tucano se apresenta. Os próprios aliados do governador reconhecem que ele está

em campanha para presidente desde que se tornou prefeito paulistano, em 2017. Como não conseguiu se viabilizar dentro do PSDB, que naquele ano acabou lançando Geraldo Alckmin, Doria partiu para a corrida estadual, descumprindo a promessa de ficar quatro anos no comando da prefeitura. Elegeu-se no sufoco, pegando carona na onda bolsonarista. É por todo esse contexto que Doria é avaliado por eleitores ouvidos pelo próprio partido como “marqueteiro”, “oportunista” e “traidor”.

“O passivo dele está muito associado a atributos de imagem pessoal”, resume o prefeito de Jundiaí, Luiz Fernando Machado, um dos articuladores de Doria durante as prévias do PSDB. “O que ele precisa fazer são ajustes em características pessoais, para reduzir sua rejeição e buscar esse eleitor que convergirá, em determinado momento, para uma via”, completou. Por isso, o plano é rodar o país a partir de janeiro, para tentar “humanizar” a figura de Doria. Uma das estratégias é vendê-lo ao eleitor como alguém que enfrentou dificuldades, quando o pai se exilou na França durante a ditadura militar. A questão – e os próprios tucanos admitem isso – é que é difícil olhar para Doria e enxergar nele uma pessoa que realmente passou por maus bocados na vida.





Se quiser se viabilizar eleitoralmente, o governador de São Paulo precisará correr contra o relógio. Para os estrategistas do PSDB, Doria terá de decolar nas pesquisas até março, mês em que se abre a janela do troca-troca partidário, para que não haja uma debandada de parlamentares do PSDB para outros partidos, com receio de terem de carregar em seus santinhos o rosto de um presidenciável nanico, como ocorreu com Alckmin em 2018. Outro risco é o de Doria ser cristianizado – termo usado na política quando o candidato é abandonado por integrantes de sua própria agremiação.

Hoje, o maior obstáculo para os planos de Doria chama-se Sergio Moro, com quem o tucano mantém boa relação e de quem se diz um “admirador”. O ex-juiz da Lava Jato entrou de vez na corrida presidencial há menos de um mês, ao se filiar ao Podemos, adotando um discurso e uma agenda de candidato. Moro já desponta como o nome mais forte da terceira via para romper a polarização entre Lula e Bolsonaro. Uma pesquisa divulgada nesta semana mostra que até em São Paulo, reduto de Doria, Moro aparece em terceiro lugar com uma ampla vantagem sobre o governador paulista: 19% a 3%. Como os dois disputam uma faixa de eleitores com perfis muito semelhantes, os tucanos estão cientes de que, para Doria poder sonhar com uma vaga no segundo turno das eleições presidenciais, ele precisa convencer Moro a abandonar a disputa para apoiá-lo. E isso não ocorrerá se o ex-juiz permanecer na dianteira,



*Doria, que tem 2% nas pesquisas, aposta que será capaz de crescer*

ainda mais com uma boa margem de diferença.

Estrategicamente, Doria se manterá próximo a Moro de olho no eleitor do ex-ministro da Justiça – após o triunfo nas prévias, o tucano propôs um encontro entre os dois. Mas o presidenciável do PSDB adotará uma linha na pré-campanha para tentar realçar algumas diferenças entre eles. Doria quer se vender como o mais capaz de costurar alianças. Enquanto o ex-juiz sofre resistência de setores da classe política pela atuação na Lava Jato, o governador se apresentará aos caciques partidários como o único nome do espectro de centro em condições de reunir as forças do establishment que se recusam a aderir ao petismo ou ao bolsonarismo. Nos últimos dias, Doria definiu o MDB como o partido a ser prioritariamente cortejado e fez um aceno à pré-candidata da legenda, a senadora Simone Tebet, ao dizer que quer uma vice mulher. O governador de São Paulo também negocia com o PSD de Gilberto Kassab, que lançou a pré-candidatura do presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco, e com o União Brasil, que nasce como a maior legenda do país a partir da fusão do DEM com o PSL e hoje flerta com Moro. Nas conversas, dirigentes tucanos aliados de Doria se esforçam para emplacar a narrativa de que “não há espaço para um novo outsider como Sergio Moro” nas eleições do ano que vem e que a “tendência é que o ex-juiz da Lava Jato fique isolado, e comece a cair nas pesquisas, quando os ataques de petistas e bolsonaristas iniciarem para valer”.

É nesse cenário otimista, em que supostamente tudo daria certo para ele e, ao mesmo tempo, tudo daria errado para Sergio Moro, que Doria aposta em crescer na disputa e virar um jogo hoje totalmente desfavorável a ele. O tucano só não pode exagerar na dose, como fez durante a pandemia, quando explorou exaustivamente a vacina Coronavac, viabilizada por seu governo, mas evitou os holofotes quando o imunizante não alcançou a “eficácia eleitoral” desejada. Para ajudá-lo na empreitada, até o início





de 2022, o governador de São Paulo espera definir quem será o marqueteiro da campanha – os favoritos são Lula Guimarães, que fez a eleição do tucano a prefeito em 2016, e o argentino Guillermo Raffo, que atuou na campanha de Aécio em 2014. Antes mesmo de bater o martelo sobre o chefe de sua equipe de marketing, o governador de São Paulo ainda precisará equacionar um problema quase insanável dentro de seu quintal, se não quiser ser largado na estrada por integrantes da própria legenda. Historicamente dividido por brigas entre caciques regionais, o PSDB saiu ainda mais rachado das prévias concluídas no último sábado, 27. Derrotado na disputa marcada por troca de acusações de fraude e compra de votos, o governador gaúcho Eduardo Leite não demonstra nenhuma disposição em se engajar na campanha de Doria.

Visivelmente estremecido com o adversário nas prévias, Leite ensaia tomar dois caminhos: liderar uma dissidência dentro do PSDB, apoiando outra candidatura ao Planalto mais viável eleitoralmente, ou mesmo deixar o partido. “Vamos ter que acompanhar agora que tipo de condução o Doria vai dar. Pretendo ficar no PSDB, onde estou há 20 anos. Agora, se o PSDB deixar de ser o PSDB, estaremos diante de outra situação”, disse Leite a Crusoé. O discurso, embora na condicional, é a brecha que Eduardo Leite encontrou para justificar um eventual rompimento mais adiante. O gaúcho não descarta, inclusive, uma possível aliança – formal ou informal – com Sergio Moro, com quem tem



*Filiado ao Podemos, Sergio Moro é hoje o maior entrave aos planos de Doria*

encontro marcado neste sábado, 4: “É uma candidatura, sem dúvida nenhuma, protagonista no processo e deve haver um esforço de construção”.

Se decidir por capitanear uma ala dissidente no tucanato, no caso de permanecer no partido, Leite terá ao seu lado o deputado mineiro Aécio Neves, que foi o principal fiador de sua campanha nas prévias. Além de jogar contra a candidatura presidencial tucana em 2022 – ele já havia feito isso em 2006 e 2010 –, Aécio deve deflagrar uma guerra interna com o grupo de Doria por recursos do fundo eleitoral que são divididos pelo partido entre as candidaturas a presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais.

Já se resolver deixar o PSDB num futuro próximo, Leite adotará o mesmo movimento que foi feito por Geraldo Alckmin, apontado como

padrinho político de Doria em 2016. Tucano histórico, o ex-governador acusou o atual presidenciável da sigla de traição em 2018. Agora, cogita até uma outrora impensável aliança com Lula para ser vice do petista em 2022. No PT, a chapa “Frankenstein” Lulalckmin nasce com o objetivo, segundo seus dirigentes, de “liquidar a eleição no primeiro turno”. Além da petulância retórica, trata-se de uma jogada de altíssimo risco. Falta combinar não só com o eleitor como com o próprio petismo. Correntes expressivas do PT torcem o nariz para Alckmin. Num passado nem tão distante assim, Alckmin foi tachado pelos petistas, de forma altamente pejorativa, como “o candidato da Opus Dei”, braço ultraconservador da Igreja Católica. No PSDB, comenta-se que nem o obstinado Doria, que tem muito trabalho a fazer se quiser ser um candidato competitivo em 2022, ousaria tanto.





*Após as prévias, o futuro de Eduardo Leite no partido ainda é uma incógnita*

## O lado certo

Dois meses atrás, publiquei na Crusoé:

“Sergio Moro vai vencer em 2022. É o futuro presidente do Brasil”.

A imprensa, na época, desprezava suas chances, assim como os quadrilheiros, os analistas do mercado financeiro e as empresas de consultoria. Por isso, tive de explicar meu prognóstico:

“Há um fator que pode empurrar Sergio Moro para o Palácio do Planalto, e que as pesquisas ainda escondem: a integridade pessoal. Na disputa contra um condenado por suborno e um indiciado por assassinato em massa, ele se destaca por ser limpo, uma qualidade imprescindível num mundo higienizado pós-Covid.

Caso se renda à sua inelutável candidatura, Sergio Moro já parte com 10% dos votos, embora more em Washington, nunca tenha feito campanha eleitoral e esteja escutando calado há mais de um ano as calúnias disparadas por lulistas, bolsonaristas e Gilmar Mendes. No

fim do ano, depois de rodar o Brasil para apresentar seu livro sobre a Lava Jato e o período no governo do sociopata, as pesquisas devem ser ainda mais animadoras. Agora, porém, a prioridade é outra: ele tem de montar um programa e uma equipe. O país foi devastado, e precisa de um plano, muito mais do que de um presidente”.

Resolvi reproduzir esse catatau depois que Mario Sabino — meu noivinho há 44 anos — escreveu em O Antagonista:

“É possível fazer análises objetivas quando se tem lado, mas o primeiro passo para isso é reconhecer a própria parcialidade. Talvez esse seja o máximo de imparcialidade que um jornalista honesto pode alcançar nesse campo. Recomendo.”

Eu nunca camuflei o que pensava. A única marca da minha carreira no jornalismo foi essa: pavoneei minha parcialidade, mas sem perder de vista o que realmente contava, que eram os fatos. Fiz outra coisa também: denunciei os laranjas da imprensa que, sob uma fachada impoluta, de

imparcialidade, contrabandeavam os interesses de um lado.

O retrospecto é bom. Quando nosso site estreou, no dia da posse de Dilma Rousseff, dissemos que ela sofreria um impeachment por causa da Lava Jato. Era torcida ou análise? Ambos. Em seguida, anunciei que Lula seria preso. Mais uma vez, tratava-se de uma mistura daquilo em que eu acreditava — que roubar é errado — com o exame estrito da realidade. Nosso site farejou o departamento de propinas da Odebrecht antes de qualquer agente da PF. De que maneira? Pela leitura dos jornais. O fedor da bandidagem emanava das matérias falsamente imparciais sobre o assunto. Voltando a Sergio Moro: minha previsão sobre as primeiras semanas de sua candidatura confirmou-se integralmente, e o único motivo desse acerto foi minha capacidade de distinguir os fatos das escolhas pessoais.

A Crusoé e O Antagonista só existem por causa disso. Vamos continuar assim até o fim, sem aceitar a patrulha de ninguém. A gente tem lado — e é o lado certo.

## Sonhos ou pesadelos

*Sergio Moro*

O cinema e a literatura projetam cenas e situações que se reproduzem na vida real. Nos idos da década de 60, na pequena cidade americana de River City, Iowa, um vendedor de instrumentos musicais seduz e engana as pessoas com o discurso de que pretende ajudar crianças de rua a formar uma banda. Na verdade, ele só queria mesmo arrancar dinheiro dos moradores para a fuga que planejava. O filme “O Vendedor de Ilusões” pode servir, de certa forma, como analogia com a política.

Vivemos um tempo de inverdades em que faltam propostas, iniciativas, liderança e sobram promessas vazias em nome de um projeto eleitoral. Para isso, não importa a responsabilidade fiscal nem a imagem do país reproduzida mundo afora. Em nome do poder, suprime-se qualquer bom senso para ficar bem na foto do populismo.

A responsabilidade social, ajudar os mais necessitados, é um dever permanente do Estado, e não pode ser usada apenas às vésperas de uma eleição para vender ilusões de bom mocismo, enquanto o país mergulha em um caos fiscal.

Quando decidi voltar ao Brasil, depois de uma temporada trabalhando e morando nos Estados Unidos, aceitei colocar meu nome à

disposição e me filiei ao Podemos para contribuir com o projeto dos que acreditam na construção do país dos sonhos: mais justo e menos desigual. E, aqui, não se trata de vender ilusões, enganando as pessoas, mas de acreditar que é possível fazer a coisa certa, do jeito certo, sempre. Foi o que eu disse recentemente, em um debate com representantes do mercado financeiro: nosso projeto é de vender sonhos, não pesadelos.

Quem acompanha a minha jornada nos 22 anos de magistratura e como ministro da Justiça e Segurança Pública sabe que sempre fui um defensor da aplicação da lei a todos e que nunca abri mão dos meus princípios. Enfrentar criminosos e reduzir a criminalidade eram meus deveres como servidor público.

Agora, como cidadão, defendo que é possível continuar seguindo o caminho da lei e da responsabilidade social e econômica. Não podemos nos conformar com o pesadelo do passado que nos ronda e insiste em voltar. É impossível nos esquecermos das propinas, do assalto à Petrobras, do mensalão. E também das consequências nefastas do roubo aos cofres públicos somado ao populismo: recessão, juros altos, pobreza e desemprego.

O retrato econômico desse

passado comandado pelo PT não é muito diferente do que estamos vivendo hoje com o custo dos alimentos e da gasolina apavorando os brasileiros, especialmente os mais vulneráveis. É o preço que se paga pelo fato de o governo não ter combatido a corrupção, como prometera na campanha, não ter feito as reformas anunciadas, nem ter assumido a liderança de um projeto de Nação. E não adianta culpar a pandemia pelo pesadelo que vivemos. Os países que não negaram a ciência e fizeram o dever de casa estão infinitamente melhores do que nós.

Infelizmente, estamos no rumo errado e precisamos pavimentar um novo caminho para consertar tantos anos de estragos e injustiças. Precisamos pensar nas pessoas, na vida dos cidadãos e não apenas no que pode ser vantajoso para a imagem das autoridades. Volto a perguntar: quando vai chegar o futuro do país do futuro?

Estamos empacados em um Brasil que não cresce e que vê crescerem a fome e o desemprego. Que vê escolas e instituições sucateadas, hospitais à beira do colapso. As estruturas de poder têm servido, somente, a interesses não republicanos. A máquina pública está a serviço de alimentar vaidades e





projetos pessoais.

Embora tenha muita gente boa na política, é preciso aglutinar essas forças do bem em nome de um projeto maior, um projeto de país que atenda a todos os cidadãos: do morador de rua ao empresário. Queremos construir juntos esse projeto, sem dividir o Brasil. Podemos reconstruir sonhos perdidos, ser inclusivos, sermos incluídos na justiça e na igualdade. Que o Brasil nos permita sonhar e realizar sonhos. Chega de pesadelos!

Richard Thaler

## Em busca do empurrãozinho certo

O economista Richard Thaler, vencedor do prêmio Nobel, aponta as melhores maneiras de incentivar os reticentes a tomar vacina e explica como os países ricos podem atuar para convencer os mais pobres a proteger o meio ambiente

Duda Teixeira

O americano Richard Thaler, de 76 anos, ganhou o prêmio Nobel de economia em 2017 por suas contribuições na área de economia comportamental, ao investigar como as pessoas tomam suas decisões. Na introdução de seu livro *Nudge*, ele argumenta que as obras teóricas por muito tempo se concentraram em pessoas que pensam e tomam decisões de forma correta, algo que não condiz com o mundo real. Em contraposição a esse ser imaginário, que Thaler chama de “econos”, há os “humanos”, que cometem erros constantemente por preguiça de pensar, de fazer planos ou por puro narcisismo. “Pessoas reais têm dificuldade de fazer divisões complexas sem calculadora, às vezes esquecem o aniversário do parceiro e ficam de ressaca no Ano Novo”, diz ele no livro, escrito em conjunto com o jurista Cass Sunstein.

Considerando que esses “humanos” do mundo real optam por alternativas que vão contra seus próprios interesses, Thaler – que é ex-



"Geralmente, não há nada melhor a fazer do que dar dinheiro às pessoas e deixar que elas decidam como gastá-lo"

professor da Universidade Stanford e do Massachusetts Institute of Technology, o MIT, e desde 1995 leciona na Universidade Chicago Booth – propõe medidas para incentivá-los a acertar em suas escolhas. Esse, aliás, é o sentido do termo “nudge”, uma espécie de “empurrãozinho” ou “cutucão”, capaz de mudar o comportamento das pessoas de forma previsível. Nesta entrevista a Crusoé, ele falou, por exemplo, sobre quais seriam as melhores maneiras de incentivar as pessoas ainda reticentes a tomarem a vacina contra a Covid e explicou como os países ricos podem convencer os demais, o Brasil inclusive, a proteger o meio ambiente.

***O Brasil ultrapassou os Estados Unidos em porcentagem de pessoas que receberam duas doses de vacina. Mais de 60% dos brasileiros estão totalmente imunizados. O que há de errado com os americanos que resistem a tomar a vacina?***

Acho que o maior problema nos Estados Unidos é que as vacinas se tornaram uma questão política. Atualmente, o indicador mais forte para pressupor a taxa de vacinação de uma cidade é a porcentagem de seus habitantes que votaram no republicano Donald Trump, em 2020. Não consigo pensar em nenhum momento histórico em que as decisões sobre saúde foram tão politizadas. O Partido Republicano está praticamente matando seus





apoiadores. Se quem se recusa a se vacinar só fizesse mal para si mesmo, eu diria que isso poderia ser seu direito, assim como se pode optar por fumar ou ficar obeso. Mas a decisão de não se vacinar coloca todas as outras pessoas em risco. Sendo assim, os líderes políticos, influenciadores digitais, professores, clérigos e celebridades deveriam fazer tudo o que está ao alcance deles para encorajar as pessoas a tomar as doses da vacina.

***E quais seriam as melhores estratégias para incentivar essas pessoas?***

O primeiro passo a ser dado é fazer campanhas de informação, até mesmo com a contratação de influenciadores digitais. Para as pessoas que já decidiram se imunizar, o mais importante é tornar isso fácil e conveniente para elas. Isso significa levar a vacina às pessoas em áreas remotas e permitir que elas possam faltar ao trabalho, se preciso for. Pequenos brindes ou presentes também podem ajudar nesses estágios iniciais, mas eles apenas servem para motivar aquelas pessoas que estão adiando a ida a um posto médico por qualquer motivo. Quando se trata daquelas que são muito refratárias, aí pode ser necessário impor regras para forçar a vacinação. Na universidade onde eu trabalho, a Chicago Booth, todas as pessoas, incluindo alunos, professores e funcionários, devem ser vacinados, com algumas exceções. Apoio essa política. Recentemente, eu estava dando uma aula para mais de 90 alunos. É claro que eu não estaria disposto a fazer isso se os alunos não estivessem vacinados. Além de tomar a vacina, eles também tiveram de usar máscaras.

***Isso é algo que poderia funcionar no mundo todo?***

A Dinamarca acaba de remover todas as restrições porque alcançou uma taxa de vacinação muito alta. Esse é o objetivo que todo país deveria almejar. Claro, precisamos ter certeza de que existem vacinas suficientes para todos. Esse trabalho tomará algum tempo, mas é factível.

***A internet é uma fonte inesgotável de informações sobre qualquer assunto, incluindo saúde. A rede tem ajudado as pessoas a tomar as decisões certas para suas vidas?***

É verdade que a internet é uma fonte infinita de informações, mas nem tudo o que está lá é verdade. Esse é o problema. As redes sociais, em particular, estão repletas de informações falsas. Isso é muito difícil de resolver. Empresas como o Facebook e o Twitter não podem checar a veracidade de tudo o que é publicado em suas plataformas, mas têm alguma responsabilidade em não espalhar mentiras perigosas. Os governos estão lutando para criar uma forma satisfatória de regular essa atividade. Eu não tenho uma resposta fácil para isso.

***Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil implementaram programas para distribuir dinheiro para a população mais afetada pela pandemia de Covid. Dar comida e remédios diretamente poderia ter sido uma iniciativa mais eficaz?***

Geralmente, não há nada melhor do que dar dinheiro às pessoas e deixar que elas decidam como gastá-lo. Certamente, isso é verdade para comida, supondo que os alimentos estejam disponíveis a preços

razoáveis. Deixemos as pessoas comerem o que elas quiserem. Mas os cuidados para com a saúde são muito diferentes, porque são imprevisíveis. Em tempos normais, a maioria das pessoas é saudável, mas de vez em quando algumas ficam doentes ou se machucam. É por isso que as pessoas precisam de seguro saúde ou de assistência médica gratuita.

***Muitos americanos que contraem uma doença como a Covid ou sofrem um acidente não têm cobertura de saúde e acabam acumulando dívidas impagáveis. Isso continua a ser um desafio?***

Os Estados Unidos não são um bom modelo de atendimento de saúde. Ainda assim, gastamos duas ou três vezes mais do que a maioria dos países e obtemos apenas resultados medíocres. Pelo menos com a Covid, os Estados Unidos forneceram testes e vacinas gratuitos. Mas podemos fazer muito melhor em tempos normais, quando não há uma emergência sanitária.

***Desde a posse do presidente Joe Biden, em janeiro, os Estados Unidos têm tentado convencer outros países a serem mais ambiciosos em suas metas para cortar as emissões de gases de efeito estufa. Qual seria a melhor estratégia para alcançar esse objetivo?***

O primeiro passo para um país estimular os outros a reduzir as emissões é fazer mais dentro de suas fronteiras. A mudança climática é um problema global, que só pode ser resolvido com cooperação internacional. Mas essa cooperação não é possível quando não há confiança. Portanto, grandes países





ricos, como os Estados Unidos e as nações da Europa, devem liderar pelo exemplo. A Suécia fez um trabalho exemplar nisso, ao aplicar o maior imposto do planeta sobre as emissões de gás carbônico. E essa política tem funcionado. As emissões caíram e a economia sueca não sofreu com isso. Os Estados Unidos deveriam fazer o mesmo. Caso contrário, tudo não vai passar de conversa fiada.

***Na COP26, em Glasgow, o Brasil buscou doações de países ricos para impedir a destruição da floresta amazônica. Como o governo brasileiro pode convencer outras nações a pagar essa conta?***

Eu daria a mesma resposta: os brasileiros só podem conquistar a confiança necessária para pedir ajuda financeira a outros povos se eles assumirem a liderança, eles próprios, na proteção do meio ambiente.

***Um dos candidatos que estarão no segundo turno da eleição do Chile é Gabriel Boric, que propõe abolir os planos de previdência privada. O modelo chileno é o de contribuição definida, em que as pessoas contribuem com uma***

***porcentagem do salário, e o valor que receberão no futuro depende do quanto acumularam. Essa mudança pode ser positiva?***

Não tenho uma posição clara sobre se os sistemas de pensões estatais devem ser de contribuição definida, como o do Chile, ou de benefício definido, como o dos Estados Unidos. Nesse último caso, os contribuintes têm direito a um benefício que depende de uma fórmula, em geral baseada no salário do indivíduo durante a ativa e na quantidade de anos de contribuição. É assim na maioria dos sistemas de previdência públicos.

***Em seu livro Nudge, o sr. aponta vários defeitos do sistema de previdência. Um deles é que as pessoas geralmente não poupam o suficiente para se aposentar de forma digna. Outro é que, mesmo quando o empregador oferece a elas um plano de previdência, muitas não tomam decisão alguma. Qual modelo poderia remediar essas falhas?***

Existem bons e maus exemplos. Certamente, há muitos bons exemplos de planos de contribuição definida bem executados, embora cada um

tenha seus prós e contras. Acho que o mais importante é obter uma alta taxa de cobertura, incluindo o maior número de trabalhadores possível. Em um esquema de contribuição definida, também deve haver um fundo de investimento padrão bem desenhado e barato.

***Há bons exemplos de planos de previdência estatais pelo mundo?***

O Fundo de Poupança de Emprego Nacional (Nest, na sigla em inglês), do Reino Unido, vale um estudo. Empresas que não ofereciam um plano de previdência para seus funcionários tiveram de incluir todos os seus empregados de forma automática, mas eles podiam escolher sair, se quisessem. Dessa forma, mais de 90% deles se cadastraram (uma lei de 2008 obriga que os empregadores ofereçam o sistema criado pelo governo, que é gerido por uma entidade pública, sem fins lucrativos). As taxas de contribuição, que são calculadas como porcentagem do salário, têm crescido gradualmente sem que tenha sido observada uma queda nas inscrições. É um bom modelo.

## A PF fala a língua da política



*Sandro Avelar: novo 02 da PF é escolado no mundo da política*

Se com Paulo Maiurino – que tem um passado de serviços prestados a figuras como Geraldo Alckmin em cargos comissionados – a cúpula da Polícia Federal já estava bem afinada com o mundo da política, agora o alinhamento tende a aumentar ainda mais com a nomeação do também delegado Sandro Avelar para o cargo de diretor-executivo, o segundo posto mais importante na hierarquia da corporação. Avelar, nomeado nesta semana em um ato assinado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, é um dos quadros mais políticos de toda a PF. Presidente por um longo período da ADPF, a associação dos delegados, ele foi secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e chegou a se candidatar a deputado federal pelo MDB em 2014 – na ocasião, sua campanha recebeu doações de construtoras, empresas do ramo de combustíveis e até de Michel Temer, então vice-presidente da República.

## O elo do instituto de Eduardo Bolsonaro com o Planalto



*Eduardo, o filho 03 de Jair: instituto tem site registrado em nome de ex-assessor da Presidência*

Lançado há um ano para difundir o bolsonarismo, o Instituto Conservador Liberal guarda conexões com o Palácio do Planalto que vão além da figura de seu fundador, o deputado Eduardo Bolsonaro. A entidade privada que organiza eventos com ícones da extrema-direita é tocada pelo advogado Sergio Sant’Ana, que foi assessor especial de Abraham Weintraub no Ministério da Educação, e tem seu site registrado em nome do irmão dele, Hélio Sant’Ana, que ocupava até outubro o cargo de diretor de tecnologia na Secretaria-Geral da Presidência da República. É por meio de sua página na internet que o instituto do filho 03 do presidente Jair Bolsonaro arrecada dinheiro com doações. O empresário bolsonarista Oscar Fakhoury, por exemplo, já admitiu ter repassado 200 mil reais à entidade. Os recursos obtidos por meio de doações são usados na organização de palestras ministradas por aliados do Planalto – é o caso de um encontro batizado de “Brasil Profundo”, que ocorrerá na próxima semana em um hotel no Mato Grosso, no qual políticos como o ex-ministro Ricardo Salles e o ex-senador Magno Malta irão defender bandeiras do governo.